

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FÁBIO NOVO

PROJETO DE LEI Nº _____²⁴², DE 2025.

(Do senhor deputado estadual Fábio Novo)

Autoriza o acesso gratuito nos serviços de Transporte Coletivos Rodoviários Intermunicipais no Estado do Piauí aos Policiais Civis do Piauí e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos policias Civis do Piauí em atividade a gratuidade na utilização do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Parágrafo único. O benefício a que refere o caput deste artigo somente será concedido aos integrantes da Polícia Civil do Piauí mediante a apresentação da identificação funcional, independente de estarem em cumprimento de horário de serviço designado, mas desde que em razão da função desempenhada.

Art. 2º O policial Civil, para a obtenção do benefício, deverá solicitar o bilhete de passagem junto ao Terminal Rodoviário com antecedência mínima de 01 (uma) hora em relação ao horário de partida no ponto inicial de viagem.

§ 1º Nas situações onde o policial civil estiver cumprindo horário de serviço designado, através de ordem de autoridade policial, não se exige a antecedência mínima de 01 (uma) hora em relação ao horário de partida no ponto inicial de viagem.

§ 2º Não se aplica a exigência do caput deste artigo quando o embarque, nos pontos de paradas intermediárias e no transporte alternativo, não utiliza terminal rodoviário ou agência de venda de bilhetes como ponto de apoio.

Art. 3º Quanto à emissão do bilhete de passagem de que trata a presente Lei, será, observado, em qualquer caso, o seguinte:

I - a emissão do bilhete de passagem para o transporte gratuito se dará no município de embarque;

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FÁBIO NOVO

II - o bilhete de passagem será válido apenas para a viagem a que se destina, não podendo ser renovado;

III - o bilhete de passagem de que trata a presente Lei será identificado por meio de código especial e conterá dados que permitam o controle do número e individualização dos Policiais Civis beneficiados;

IV - Os permissionários ou concessionários do serviço de transporte intermunicipal de passageiros poderão encaminhar à Delegacia Geral do Estado do Piauí relação de bilhetes de passagem expedidos com gratuidade para policiais civis para fins de controle da observância do contido no parágrafo único do art 1º.

Art. 4º A concessão da gratuidade prevista nesta Lei observará ainda as seguintes condições:

I - é prerrogativa pessoal dos policiais civis em atividade, sendo vedada a sua transferência a qualquer outra pessoa, inclusive da família;

II - fica limitado, quando não estiverem cumprindo horário de serviço designado, a 2 (dois) assentos por viagem em que a prestação do serviço seja realizada em veículo com capacidade superior a 31 (trinta e um) lugares e a 01 (um) assento no serviço realizada em veículo com capacidade de até 31 (trinta e um) lugares.


III - deverá o beneficiário da gratuidade utilizar-se do serviço de transporte intermunicipal de passageiros explorado pelo permissionário ou concessionário da linha entre o município de embarque e o destino final.

Art. 5º A empresa de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros que violar reiteradamente o disposto na presente Lei estará sujeita; sem prejuízo das sanções contratuais previstas, à intervenção ou declaração de caducidade da concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo regulamentar, no prazo de 60 dias por ato normativo próprio, a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina-PI, em 11 de agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **FABIO NUNEZ NOVO**
Data: 21/08/2025 10:50:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fabio Núñez Novo
Deputado Estadual do PT-PI

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FÁBIO NOVO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade conceder isenção tarifária aos policiais civis do Estado do Piauí no uso do transporte coletivo rodoviário intermunicipal, reconhecendo o papel fundamental que esses profissionais desempenham na segurança pública e a constante necessidade de deslocamento para o cumprimento de suas funções.

Os policiais civis atuam em regime de permanente prontidão e frequentemente necessitam se deslocar entre diversos municípios para atender diligências, participar de operações e prestar apoio a investigações, mesmo fora do horário regular de expediente. A natureza dessa atividade implica em mobilidade constante dentro do Estado, o que muitas vezes gera gastos significativos com transporte, impactando diretamente no orçamento pessoal desses servidores.

Apesar dessa realidade, não há atualmente legislação estadual que assegure aos policiais civis o benefício da gratuidade nos transportes intermunicipais, o que acaba gerando custos pessoais significativos e limitações logísticas à atuação desses agentes.

Além disso, a presença de policiais civis nos ônibus intermunicipais, mesmo quando à paisana, representa fator adicional de segurança para os passageiros e para os próprios condutores, diante da criminalidade nas estradas. Tal medida, portanto, além de valorizar os servidores da Polícia Civil, contribui de maneira efetiva com a segurança pública da população piauiense.

É importante destacar que benefício semelhante já é garantido aos policiais e bombeiros militares, conforme a Lei nº 5.174, de 04 de dezembro de 2000. A extensão do mesmo tratamento aos policiais civis representa medida de justiça e isonomia, além de fortalecimento institucional para a categoria, que, por vezes, enfrenta resistência e dificuldade no acesso aos serviços de transporte, principalmente em regiões mais distantes da capital.

A gratuidade proposta neste projeto observará critérios objetivos e mecanismos de controle que possibilitarão a individualização dos beneficiários e a fiscalização adequada do benefício, sem prejuízo ao funcionamento das empresas concessionárias do serviço.

A presente proposição visa não apenas reconhecer o trabalho essencial da Polícia Civil, mas também proporcionar melhores condições para o exercício de suas funções, contribuindo para o fortalecimento da segurança pública no Estado do Piauí.

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL FÁBIO NOVO

Diante do exposto, solicito aos(às) nobres deputados(as) a análise e aprovação da presente propositura, que é de grande importância para a sociedade piauiense e, especialmente para os(as) Policiais Cíveis do Estado do Piauí.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTER A em Teresina-PI, em 11 de agosto de 2025.



Documento assinado digitalmente
FABIO NUNEZ NOVO
Data: 21/08/2025 08:49:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fábio Núñez Novo

Deputado Estadual do PT-PI